



O COMUNISTA

ORGÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUEZ (S. P. I. C.)

Redacção e Administração
R. do Arco Marques do Alentejo, 30 2.º
Composição e Impressão
TRAV. DA AGUA DE FLOR 55

Redactor principal: M. Ferreira Quartel
EDITOR: JOAQUIM RODRIGUES

Publicação quinzenal
PROPRIEDADE DO
Grupo Editor do Comunista



EM VESPERAS DE ELEIÇÕES

Contradições e erros

Os anarco-sindicalistas que pontificam na *A Batalha* e que com *A Batalha* pretendem educar e orientar as massas operarias, não só sob o ponto de vista profissional e economico, como social, habituando-as a conhecer os fenomenos politicos e a critica los, são de uma infelicidade a toda prova — o que é de lamentar — e de um ridiculo notavel: o que é ainda mais para lamentar...

Se se tiver a paciencia de compulсар varios numeros de *A Batalha*, ha de ver-se, com frequencia, que os mesmos assuntos são tratados de forma diversa, com diversa orientação, com diverso objectivo, contradizendo-se e destruindo-se uns aos outros esses artigos — o que é ridiculo para quem tem a preocupação da coerencia levada a extremos doentios e o que é perigoso para quem, armando em omnisciente e pontifice maximo da *questão social*..., arque com o pesado fardo de mentor *espiritual* das massas operarias!...

A Batalha, em artigos recentes, tem manifestado os seus justos e naturais receios de maior predomínio e mais asilante tirania das «forças-vivas», das forças-militares, das forças-eclesiasticas, em suma, de todas as forças reaccionarias que têm interesse em esmagar e sugar o povo e em retardar a transformação social que está latente em toda a Europa.

A Batalha vê esses perigos, reconhece-os, sente que por vezes estão eminentes, nota que podem vir ou através de pronunciamentos militares ou do triunfo — que se prepara — dessas «forças» de reacção no proximo acto eleitoral. *A Batalha* pinta os inconvenientes gravissimos de um tal triunfo, de uma tal tirania, de um tal maior predomínio dessas «forças». Pinta-o a vermelho, bem nitido, deante das vistas aterradas das massas trabalhadoras. Diz-lhe que é necessario estar alerta perante esses males. Mas... oh, triste e ridicula coisa para... pontificas maximos... da *questão social* e mentores intelectuais das massas trabalhadoras!...

— não apontam os anarco-sindicalistas de *A Batalha* a essas massas operarias a que se dirigem (e que em vez de orientar, *desorientam*), qual a forma de dar combate a tais forças de reacção e de se evitar o seu maior predomínio, a sua mais asilante tirania, a sua indecorosa impunidade e a sua insolvel ancia de lucro. Ora bolas!

Depois, os anarco-sindicalistas de *A Batalha* caem, frequentemente, em contradicções, esquecendo o que aconselharam, escreveram e indicaram ontem, para hoje escreverem, indicarem e aconselharem precisamente o contrario! E, não há nada peor do que isto para quem tenha a preocupação de uma coerencia levada a exageros doentios e assim proceda sem justificção possível. E nada mais perigoso para quem se julgue o *verdadeiro mentor* de algum, mormente de massas operarias a educar e a conduzir, pois que esse *alguem* ou *essas massas* ficarão fazendo uma desgraçada ideia do *professor* e do *guia*..., com a mentalidade confusa e mal formada, esse espirito perturbado e vontade sem deliberação facil no meio do emaranhado e da contradicção das opiniões manifestadas.

E' o que se vê, por exemplo, em materia eleitoral.

EM VESPERAS DE ELEIÇÕES

Contradições e erros

talha publicaram, sem quebra dos seus principios, da sua tática e da sua coerencia — um interessante e sensato artigo sobre parlamentos, acção eleitoral e directrix e responsabilidade dos eleitores, artigo que aqui transcrevemos no mez passado. Esse artigo veio publicado no suplemento de *A Batalha*, do dia 13 de Fevereiro do corrente ano, data em que todas as forças sociais da esquerda se congregaram e uniram para electuar a formidavel manifestação que foi a Belem, junto do presidente da Republica, levar o seu protesto contra a baixa mentalidade e a sua repulsa pelo reaccionarismo de um parlamento que fizera cair um governo da Republica pelo seu presidente haver afirmado que «era necessario governar ao lado dos explorados contra os exploradores» e que a força publica não existe para espingardear o povo.

Pois nesse artigo, por nós transcrito, e da autoria dos anarco-sindicalistas que pontificam na *A Batalha*, mostrava-se que a responsabilidade da existencia de um parlamento assim, pertencia ao electorado e aconselhava esse electorado a votar em gente limpa, em esquerdistas e avançados que dessem mais garantias de não hostilizar o povo e de, ao contrario, satisfazerem varias das suas justas aspirações.

— *Quem votar?* — perguntava *A Batalha*. — *Pois votem nesses!* — aconselhava.

Assim falavam às massas operarias, há poucos meses, os anarco-sindicalistas de *A Batalha*, num momento de lucidez, de bom senso e de elevação espirital.

Pois, agora, em vespuras de eleições; depois dos pronunciamentos militares que se deram; sob a ameaça de novas revoluções para estabelecimento de ditaduras ferozes; sob o perigo de um triunfo, nas urnas, dessas forças reaccionarias e criminosas; no momento em que contra todas as leis estabelecidas e humanas se mantêm *depoitações sem julgamento* e se fala em novas deportações; quando todas essas forças reaccionarias espalham o seu oiro a rodos na obra da corrupção e todos os que combatem o acto eleitoral *tomam o aspecto de aliados ou cúmplices* dessas forças reaccionarias e de assim colaborarem, pagos ou de graça, a soldo ou desinteressadamente, nessa miseravel obra do triunfo das *quadrilhas sinistras*: neste momento, grave e solene, que fazem os anarco-sindicalistas que pontificam na *A Batalha*?

Que faz *A Batalha*?

Manda à tabua a coerencia, calca aos pés o bom senso, ergue a cabeça com desdouro, encolhe os ombros para o aspecto que possa ter a sua attitude, está-se marimbando para a desorientação em que lança as massas trabalhadoras, renia-se para a hipótese de se enforcar por suas proprias mãos — ou dizer *ela quem levá a força* essas massas operarias — e, pondo-se em manifesta contradicção com o seu artigo de 13 de Fevereiro, hostiliza o acto eleitoral e pretende ridicularisar todos os partidos, incluindo o nosso, e todas as correntes politicas, mesmo as correntes da esquerda que procuram unir-se para evitar o triunfo das forças reaccionarias!...

«O Comunista»

Vende-se na taboaria da Brasileira do Rio, e no biquejo Sanchez, praça dos Restauradores.

Ao proletariado

AOS CAMPONEZES, SOLDADOS E MARINHEIROS!

A decisão do Tribunal Militar que absolveu os implicados no golpe fascista de 18 de Abril não constitui para nós uma surpresa. Pelo contrario, foi uma consequencia logica da forma como o julgamento vinha decorrendo, em que as instituições republicanas foram acre e impune atacadas, sem que da parte da opinião publica houvesse a natural reacção.

As direitas, é inutil negá-lo, acabam de obter um grande triunfo politico, justificado pela atribiliaria obra administrativa republicana. Assegurado ainda pela dispersão e incapacidade manifesta das esquerdas e pela indiferença do publico.

Umhas dezenas de officiaes do exercito arrastam consigo os soldados, sujeitam a cidade a um bombardeamento e tiroleio de que resulta uma centena de mortos e feridos, são apanhados com as armas na mão, confessam perante os julgadores o seu delito e o Tribunal absolve-os **por falta de provas**.

Não ha, evidentemente, melhor manifestação da solidariedade de classes. O exercito estava a julgar o exercito, e logicamente não podia condenar-se a si proprio. Nada prova melhor o inconveniente de o exercito constituir uma classe à parte. A republica — e é este um dos seus grandes erros — não soube democratizar o exercito, tornou-lo popular, integrado nas aspirações da massa liberal, do verdadeiro povo, que em todas as emergenciaes tem sabido defender com sacrificio proprio as liberdades tradicionais. E como a *poderia* fazer lo esta republica de operetas, que tem levado ao fastidio do poder as nulidades, quando não os videirinhos, que em vez de exercitar a democracia, rompe umas vezes em arranços demagogicos contra a Direita e outras em actos arbitrarios contra a Esquerda?

Sem duvida, a decisão do Tribunal Militar que sancionou e aplaudiu o golpe fascista, é uma ameaça para as esquerdas politicas e sociais, é um estimulo para novos assaltos violentos ao poder da parte das direitas, em que englobamos não só uma parte da officialidade do exercito e da marinha, as *forças vivas*, os monarchicos, os nacionalistas, mas tambem os *homens democraticos*, que pretendem antes entregar isto aos elementos reaccionarios do que evoluir à esquerda.

O perigo é evidente, e contra ele é urgente tomar posição para combatê-lo.

O P. C. P. juntará os seus esforços aos de outros agrupamentos afins para inutilizar a acção dos grupos acima mencionados. Mas o P. C. P. não vai ás cegas; quer saber como vai, com quem vai e para onde vai.

Actuaremos em nome da defesa da democracia? Pobre democracia tão mutilada por aqueles que se apellidam de democraticas! Pois não tem sido estes mesmos democraticas que não feito as maiores tropelias contra as liberdades publicas, suprimindo de facto as liberdades de imprensa e de reunião, fazendo prisões arbitrarías e conservando os delictos sem culpa formada durante mezes, realizando deportações sem julgamento previo, etc., etc.? O povo, as massas laboriosas não compreenderão que lhes falemos em nome de principios que elas estão habituadas a ouvir pregoar para logo serem calçadas pelos progreiros. Impõe-se uma linguagem clara. Sem duvida, todos preferimos o exercicio da democracia, mesmo burgueza, ao de uma ditadura militar, escurada nos agrupamentos da direita e nos magnates da Finança, do Comércio, da Industria e da Agricultura. Simplesmente, a democracia é incompativel com as situações anormais, com as situações revolucionarias, e tal é a situação portuguesa.

O principio pelo qual francamente devemos lutar é o da defesa das camadas populares, guindados ao dominio da situação, cercando privilegios e favores de longa data estabelecidos que entravam o desalago economico do país. As soluções ao problema nacional, caracterizado por uma notavel deficiencia dos recursos financeiros e por uma crise profunda, industrial e agricola, que tem reduzido sensivelmente a produção, não os podem dar as direitas, constituídas pelas classes que usufruem os privilegios, que sobrepõem os seus interesses particulares aos interesses colectivos.

Os exemplos de Italia e de Hespanha são tipicos. A valorização da moeda nacional é sempre o melhor espelho donde se pode inferir o estado de progresso ou de regresso das formulas governativas. Pois bem: este indicador supremo condena a supremacia

das direitas na Italia e na Hespanha, pois a lira e a peseta tem visto reduzir-se o seu poder de compra.

O P. C. P. julga do dever de todos os agrupamentos da esquerda enfrentar corajosamente o perigo e levar a luta até ás suas ultimas consequencias e lembra as seguintes condições previas a estabelecer, sem a acção dos quais lhe parece inutil qualquer esforço:

1.º — O programa de acção a desenvolver deve ser ampla e publicamente difundido, de modo a penetrar da necessidade da sua execução e a mobilizar em manifestações de força as mais profundas e extensas camadas populares.

2.º — Os nomes dos elementos dirigentes do movimento devem oferecer, além de competencia comprovada, uma idoneidade moral inatacavel.

3.º — O movimento popular das esquerdas terá os seguintes objectivos:

Solução politico-social

a) Todo o poder dimanará fundamentalmente das juntas de freguesia para as quais só poderão ser eleitos os assalariados de qualquer profissão que não exerçam a exploração do trabalho alheio, os delegados de corporações tecnicas, scientificas e artisticas, e das unidades militares de terra e mar, os pequenos proprietarios de terras que as trabalham e os rendeiros agricolas. Das Juntas de freguesia derivam, por eleição em segundo grau, as camaras municipais, e destas o Congresso Nacional, funcioando numa só Camara.

b) Todos os assalariados de qualquer profissão serão intrudidos militarmente e conservarão as armas em seu poder. Os cadastrados serão excluidos desta régala. Os assalariados que revelem aptidões para o comando terão preferencia para a composição dos quadros depois de sujeitos a cursos especciais.

c) Devem criar-se organismos locais populares de combate ao analfabetismo que com o patrocinio financeiro do Estado, e os donativos voluntarios dos particulares, criem as condições praticas para o ensino obrigatorio, facilitando vestuario, calçado, material escolar, assistencia medica e farmaceutica ás creanças necessitadas.

Crear-se-hão cursos de ensino intensivo para os maiores de 18 a 30 anos. A escola deve ser remodelada no sentido de estabelecer o paralelismo do ensino literario e profissional, de modo a desenvolver no individuo as melhores aptidões para o trabalho.

d) Estabelecimento de vencimento e salario minimos fixados em função do preço das mercadorias ou do agio do ouro, para os operarios de qualquer profissão ou empregados civis ou militares.

Solução financeira

a) Confiscação de 30 por cento das fortunas particulares superiores a 200 contos

b) Participação do Estado em todas as empresas particulares que tenham um capital social superior a 100 contos.

c) Organização em trustes nacionais das industrias: bancaria, do seguro, da moagem, dos tabacos, dos fosforos, dos caminhos de ferro e transportes maritimos de longo curso, com participação na gerencia, em proporção igual, do capital, do pessoal e do Estado.

d) Organização do comercio externo em cartéis de especialidades com participação na gerencia do capital, do pessoal e do Estado.

e) Extinção do direito de herança nos ramos colaterais e sua reversão a favor do Estado.

Solução económica

a) Nacionalização da propriedade latifundiaria e da dos absentistas, sua distribuição a titulo usufruario por familias de camponeses e cooperativas agricolas de produção, tendendo a transformar a cultura extensiva em intensiva.

b) Emprego das disponibilidades da Caixa Geral dos Depositos na organização do credito agricola e industrial em bases amplias e de facilidade para os pequenos e medios agricultores e industriais.

c) Diffusão do ensino movel e agricola, assistencia tecnica pela criação de postos concelhos agricolas e



Em prol dos trabalhadores da China

O Congresso realizado pelo Socorro Operário Internacional, em Berlim, foi um energico protesto contra a opressão do imperialismo estrangeiro na China

Milhares de delegados correspondentes ao apelo feito pelo S. O. I. — estavam representados neste congresso...

Este congresso efectuou-se em Berlim no dia 16 de mês passado. Depois de aberta a sessão pelo secretario geral do S. O. I. Willi-Munzenberg...

Varios oradores referem-se ao gesto altivo dos operarios e camponeses da China que ha alguns meses abandonaram o trabalho para lutar pela sua libertação contra o imperialismo...

Foram recebidos varios telegramas de saudade a este congresso — dos professores da Universidade Nacional de Pequim, da Federação dos Trabalhadores Chineses e do leader dos mineiros ingleses J. A. Cook...

Munzenberg, referindo-se a este procedimento, propõe á assembleia que se envie um novo telegrama á Internacional Sindical de Amsterdam...

Na vanguarda desta luta emancipadora ha 400 mil proletarios chineses que este ano no seu congresso sindical deram a sua adesão á I. S. V. — Em nome dos milhes de adiantados á I. S. V. do oriente e do ocidente...

Depois de estudadas as teses foi verificada a sua validade e o seu contrarresto, sendo tomadas como esboço aos trabalhadores rurais, visto que as mesmas, nem se de leve sequer, vem ao encontro das mais pequenas necessidades da classe; protestamos por isso mesmo, contra a forma como se pretende gastar o dinheiro das massas organizadas...

«Milhares de operários chineses encontram-se em greve em Changy, Hon-Hong, Cantão e Naukin. Todo o povo chinês pede o castigo dos assassinos, as reformas das condições de trabalho, nas fabricas inglesas e nas das outras nações...

«Nestas e outras agencias estrangeiras de informação falsificaram o relato dos ultimos acontecimentos, transmittindo noticias contrarias, de-

O proximo Congresso

A C. C. do Partido Comunista Portuguez, resolveu em uma das suas ultimas reuniões, que o Congresso Partidario se realize nos dias 12, 13 e 14 de Dezembro deste ano.

Assim, ficam todos os organismos partidarios avisados, para nomear os seus delegados ao Congresso, conforme estas deliberações.

Achando-se os cadernos electorais patentes na sede da Federação das Colónias de Lisboa, todos se camaradas que o queiram fazer, podem-se consultar.

Assalto à C. G. T. e "A Batalha"

Não podiam ficar silenciaes ante a violencia cometida, pelo organismo policial, contra a C. G. T., A Batalha e outros organismos operarios instalados no mesmo prédio.

O P. C. P. e o O Comunista protestam indignadamente contra tal violencia, só propria de canibais, podendo contar com a nossa solidariedade moral, apesar de tudo, os organismos atingidos pela furia dessa orda de selvagens.

Os progressos da industria metalurgica russa

A industria metalurgica da U. R. S. S. trabalha comente para o mercado interior, provendo em primeiro lugar as necessidades dos transportes e da industria.

Para sublinhar os progressos feitos, os algoritmos de produção de antes da guerra são, evidentemente, servir de comparação, enquanto a Rússia não tiver os meios para construir em cada ano alguns milheiros de kilometros de caminhos de ferro.

O ferro fundido

A produção de ferro fundido comoqun aliada durante a guerra. De 257.400.000 puds em 1913, caiu para 228.200.000 em 1915 e para 190.400.000 em 1917.

A diminuição de produção tornou-se ainda mais forte durante a guerra civil. A produção não atingiu mais do que 80 milheiros de puds em 1919-20, e 7.100.000 puds em 1920-21.

A partir de 1921, a produção começa a subir dum maniera constante: 11.000.000 puds em 1921-22 e 18.800.000 em 1922-23.

O ferro e o aço

Ao mesmo tempo constata-se um forte aumento na produção do ferro e do aço: de 10.500.000 puds em 1920-21, passa para 19.400.000 em 1923-24.

A produção do ferro e do aço excede, como se vê, a do ferro fundido. O equilibrio restabelece-se há nos dois anos proximos, e a produção, acomodando-se á procura, aumentará de uma e outra a duas vezes.

Desde o mesmo na industria das outras metaes, que, de resto, não sofreu uma baixa tão forte como a do ferro em 1919 e 1920.

A industria electrotechnica

O mesmo progresso no trabalho das fabricas electrotechnicas. O valor total da sua produção era em 1913 de 56.700.000 rublos; para 1922-23 ela atingiu 150.400.000 rublos, ou seja 14.900.000 em 1921-22 (calculado sob a base dos preços de 1913). Ela atingiu, pois, 45 por cento da produção de antes da guerra.

(De L'Humanité, de 1/8/24).

J. CARLOS RATES

A Rússia dos Sovietes

Preço \$300 A' venda em todas as livrarias.

zootecnicos. Facilidades e auxilios directos para a criação de cooperativas de credito, de compra e venda de productos e de trabalho colectivo.

O Comité de Defeza que se constituiu não nos oferece, aparte alguns nomes, nenhuma garantia de defesa dos interesses populares. É uma mistificação. A sua acção, mesmo que vitoriosa fosse, não levaria a outra coisa que ao prolongamento do guchá existente, uma republica dirigida por reacconarios e impotentis, oprimadora das aspirações populares.

O PROLETARIADO E O PARLAMENTO

Considerações da imprensa á roda de uma conferencia

A Internacional do dia 19 de Setembro — n.º 48 — trazia, na secção dos Escos, o seguinte oportuno e justo comentario:

«O sr. Amancio de Alpoim, marechal socialista, foi á Camara Municipal do Trabalho para fazer uma conferencia sobre as deportações e a situação dos operarios portugueses. A policia veio-se, mas acabou por desistir. E o sr. Alpoim, em alta voz, em certa altura, quando o orador advogava a necessidade de votar nas assembleias, porfim, o espirito literario dos donos da casa obrigou-o a desistir de continuar. O que a Autoridade não conseguiu, alcançou a Liberdade! Não é que fizessem sem perceber. Ké-lho a maioria electiva segua a um socialista e que já permitia ao seu orgão na imprensa?»

Esta ultima parte do comentario da Internacional recorda, certamente, certos artigos de A Batalha em que, quasi abertamente, se defendia a necessidade de transformar a instabilidade parlamentar. Nam desses artigos do orgão da C. G. T., onde os anarquistas pontificam, li-se e o seguinte, que, de facto, está em manifesta contradicção com a insolita atitude assumida, agora, para com o conferente socialista:

«Querem votar? Votem de preferéncia nos grupos partidarios mais avançados. Tudo aquilo tem de mudar. E muda-o quem tem na mão meios de fast-lo — e isso é o electivo.»

Tambem O Mundo, do mesmo dia 19 de Setembro, pela pena brilhante e argumentadora de Mayer Garçon, se occupava da conferencia do marechal socialista, aproveitando-a para uma serie de laceradas e interessantes considerações dirigidas ao operariado português. Tendo prazer em registar nas nossas colunas — por o reputarmos util e cheio de logica — o sensato artigo a que vimos de referir-nos, aqui o deixamos transcrito na integra:

«O sr. dr. Amancio de Alpoim, na notavel conferencia que ultimamente realizou, pondo em frente das camadas mais avançadas do operariado português e earnesto socialismo das proximas eleições, lançou sobre o espirito dos seus ouvintes um jarchado de consideravel verdade. Poucas vezes se terá considerado um problema de maior importancia com uma maior sinceridade e um mais completo sentimento de uma situação socialissima como a que atravessa neste momento a sociedade portuguesa. Aquelles elementos do proletariado que não quiseram olhar para a questão de uma maneira firme, preferindo o gravemente o presente e o futuro desse proletariado.

Ningum pode culpar-se ao reconhecimento de factos. Os factos não abstrahem da sua realidade pelo motivo de afectar-nos descalabrando-os. Diante da sua evidencia, que coisa alguma neste mundo pode equivar, e estamos impellidos a reconhecer a realidade, após esse exame, tambem não podemos equivar ao dever de os julgar.

Ganham as ideias mais extremas alguma coisa em lunar parte nas assembleias em que se decidem os destinos de um país? Não abandonem de um unico posto de combate e, de resto, logico e contraproducente. Procura-se fugir ao exercicio do voto. O voto representa sempre. Quando não é com um pedaço de papel, é com uma palavra, um gesto, uma attitude. Por vezes o proprio silencio tem o valor de uma votação. Se ha quem não queira reconhecer a existencia de um Parlamento, produto de um legalismo notadamente para a realidade, não se admira a tribuna dos comites, das associações ou da imprensa, sujeita a leis que o Estado promulga. Disse um dia um dos maiores filosofos do libertarismo. Elyades Ildéou: «Votar é abdicar». Esta formula não, repugna ao sentimento verdadeiramente socialista. Não estamos a votar á toda a moneta. Votamos quando escolhemos alguns para falar em nosso nome, para presidir ás nossas reuniões, para orientar o nosso esforço, para desmascarar qualquer miséria que lhe confiamos. O mais poderoso grupo de homens não constituido naturalmente para a realidade, de determinadas aspirações ou para a defesa de determinadas interesses. Quem quizer abdicar de votar teria que se abster de formular uma opinião. Ninguém se-la é nada voluntario.

Disse-lhe: «Se não queres votar em

representantes nossos a um Parlamento que consideramos essencialmente burguez. Pode ser uma resolução atenual, mas tambem pode ser uma resolução prejudicial. O operariado português deve ter o seu pensamento claro no momento de votar, e não se deixar levar pelos elementos mais avançados desse proletariado, a pretexto dos crimes de uma associação de criminosos, que com os seus ideais nada tinha realmente de comum, e idealizado não tinha uma vez sem no Parlamento que no momento de votar, se fizesse, através de actos de arbitrio-culpa constituido. Nem sequer um deputado socialista! Tuve, é certo, a seu lado uma pleiade de membros de parlamentares republicanos, que não bastaram um espelho de investidas descalabradas dos reacconarios de varias espécies, defendendo a lei que não permitia deportações sem julgamento, nem excepções sumarias ordenadas por poderes arbitraríos.

A' attitude desses republicanos de principios á que o devesse constituir e regular levou a lavas de milhares privados de qualquer garantia judicial, para climas implacaveis. Deixaram de aparecer mortos presos escultados por forças policiaes. E isto é que se deveu? Ao facto de surgirem no Parlamento votos indignos de serem interpretados o protesto do operariado português.

Lá fora, na Inglaterra, na Alemanha, na França, nos países mais adiantados do globo, tem vos as correntes mais avançadas do movimento social, dentro dos seus realises parlamentares. Lá deputados comunistas ingleses, alemães e franceses. Ainda ha bem pouco, em França, a secção desses deputados deu um resultado não se aplicarem, a campanha de Marrocos, contra os rebeldes, patriotas, embora selvagens, que Abd-el-Krim comanda, os seus auxilios que a Alemanha imperial empregou para viciar todos os defensores da liberdade europea. Em não outro agora na discussão de uma iniciativa de tal natureza.

Prezando apenas acentuar a importancia, para as camadas operarias, de serem os Parlamentares delegados seus, que não desistem de se fazerem em ultimas assembleias liberais pensosamente conquistadas, e procurem fazer prevalecer o seu criterio avançado em todo quanto evidentemente se realisa.

Se os que entendem, como o sr. Amancio de Alpoim, que o operariado não tem grande coisa a aprender e a ganhar de uma sessão. Pelo contrario: tem perdido muito, e as provas desta asserção encontram-se em muitos exemplos, que desse proletariado não são adequadamente esquecidos. Quanto á Republica tambem se tem perdido muito, e as provas encontram-se em milhares de silenciaes avançados do proletariado no seio da representação nacional, tem deixado o caminho livre aos que não tem feito outra coisa senão transformar a Republica numa simples taboleta da monarchia. — Mayer Garçon.

Bom será que o proletariado português medite estas justas considerações deixando de se deixar perniciosos o de varios pontos de vista. E, terminando este curioso apañado de opiniões, transcrevemos estes equilibrados periodos do «fundo» da Internacional — ainda do mesmo dia 19 de Setembro:

«O que é preciso é actuar conforme as circunstancias, adaptar a tactica ás condições em que o capitalismo nos oferece o combate, applicar-lhe as taticas vras e os proprios meios de luta, atacar-lhe em todos os seus sectores, desde o parlamento e da praça publica ás cadeiras do poder, combatendo tenazmente naquelles e expulsando-o destas ultimas, e estabelecendo a ditadura do proletariado, que é a sua única politica revolucionaria, e a sua única politica revolucionaria dos seus inimigos de classe.»

A vida social na Russia sovietica

O Conselho dos Comissarios do povo da Rússia elaborou um plano de socorro da agricultura sciagatica pela zona (região) de Chadei (Chadei, Miltipetok) com auxilio dos estabelecimentos de credito agricola.

«Uma nova estação de energia electrica se acha de ser equipada em Kiev, sobre o Dnieper.»

Em Kazan e em Minsk foi festejado o 8.º anniversario da União dos Trabalhadores de Ensis.

O Conselho dos Comissarios do Povo da Republica Tartara abriu em Simferopol, cursos especiais para a preparação de operarios tartaros em diversas escolas do Estado. Esta reforma tem por fim «factualizar» o aparelho sovietico da Republica, a fim de lhe assegurar a mais larga autonomia possível na União.

A União de produção agricola de Kozlov comprou varios tractores para as empresas Lin. O tractor de sistema Fordson foi entregue á cooperativa agricola.

Chernoz-Socialismo, foi utilizado para demonstrações e que assistiram os camponeses de varias aldeias circunvizinhas.

Chegaram a Kozlov grupos de estudantes para aprender durante as férias a trabalhar a terra, sob a direcção dos camponeses.

Acaba de ser aberto em Moscow um museu Dostoyevski, onde estão reunidos manuscritos, rascunhos e recordações do grande escritor.

Em 3 de Agosto teve lugar em Vladivostok um grande comicio contra a guerra, onde falaram delegados dos marinheiros ingleses, dos operarios chinezes e dos camponeses da Corea.

(De L'Humanité, de 7/8/24).



ATRAVEZ OS CAMPOS

O CONGRESSO RURAL

foi o que já tinha- mos profetizado:

SIMPLESMENTE UMA FARÇA!

No fim em que redundou o pna- mado congresso rural, vem de realizar-se em Santarém, nos dias 20, 21 e 22 de setembro último, já não o tínhamos previsto, desde que anteriormente sabíamos, que era um espetáculo que se propunha a tocar re- bochos...

Podar-se ia esperar outra coisa que não aquilo, depois de sabermos quem era o autor das teses a apresentar ao congresso? Evidentemente que não. Que conhecimentos tem M. J. de Sousa da questão agrária, das necessidades da classe rural e dos diversos métodos de cultura em cada localidade, quais as épocas dessas culturas, para elaborar teses de harmonia com essas necessidades e aspirações dos rurais?

Não tem. Como não tem, pôz-se a elaborar não teses, mas um artigo-lhe da sua política e ideias de filosofia barata, dando-nos chabada para a direita e para a esquerda, como se não estivessem as medidas que, de algum modo, viessem resolver a formidável crise que a classe rural está atravessando.

M. J. de Sousa fez mais, não consentiu que o chamado congresso aprovasse — nem ao menos discutisse — trabalhos que alguns organismos apresentaram, trabalhos estes que, postos em prática, viriam beneficiar toda a classe rural.

Publicamos esses trabalhos que o Congresso não quis discutir, para conhecimento dos camponeses e que vão, na sua devida altura, do relato do congresso que a seguir publicamos:

1.ª Sessão

Teve início no dia 20 do p. y., na sala do Gremio Recreativo epartário em Santarém, pelas 14 horas, um congresso em miniatura, tanto pelo número de sindicatos ali representados, como pelos trabalhos discutidos relativos aos interesses económicos da classe que aqueles poucos delegados naquela reunião representavam.

Podiam ser poucos em número mas serem grandes na sua obra. Porém, se foram poucos em número, em obras não foram nada, não foram coisa nenhuma.

Mas, em compensação, foram abundantes na calunia à revolução russa e seus dirigentes e aos comunistas e partidários da A. S. V., porque sabiam de antemão, que estavam ao abrigo de respostas condignas dos seus próprios caracteres, visto não ser permitido a outras pessoas fazerem uso da palavra.

Está certo, são processos libertários... aliás, bem ensaiados pela mestria do seu ensaiador.

Não vale a pena reproduzir aqui os discursos das tres ou quatro figuras marconianas nesta comédia, pois que elas são a reprodução exata da série de bobagens publicadas em A Batalha, e da autoria de M. J. de Sousa, o mesmo que aqui dirige toda esta manobra com a qual nem todos os delegados concordavam.

A mesa foi constituída por Vital José, na presidência e Antonio Tomás e Candeira, secretários, tres pessoas distintas e um só deus verdadeir, M. J. de S.

Vital José, o primeiro a usar da palavra diz que o Congresso Rural não se irá tratar de questões de ordem operaria com tambem tratará, de um modo geral, das que dizem respeito a toda a gente — assim direi ser, — mas não sucedeu assim, tratou-se sim, mas de questões de ordem anarquista.

Findo o seu discurso, Vital José diz: Nomeio — ele é que nomeou não foi o congresso — os camaradas Francisco José Chagas, S. Manoel — Manuel Clemente Marques, Siborro e Jesuário da Silva Botelho, Vila Beim — para a comissão de pareceres, sendo em seguida suspensa a sessão.

Antes do Vital José ter nomeado esta comissão tinha-se principiado a ler as credenciais dos delegados assim como se tinha anunciado a sessão 23 sindicatos, mas, M. J. de Sousa recorda que era melhor tratar do assunto a comissão de pareceres e assim se fez.

Reborta a sessão é lido o respectivo parecer, parecer este que não era o da comissão nomeada, mas sim do individuo que o redigiu — pelo qual se verificava que as credenciais que não satisfiziam as exigências do congresso eram as dos delegados dos Sindicatos de Extremoz, Alvalde e Val de Vargo.

Depois de muitas explicações lá consideramos a acção dos delegados de Extremoz e Val de Vargo, não sendo aceite o de Alvalde por ter o camarada José Neto e por ser comunista.

Fomos enviados a esse congresso, para fazerem reportagem dos trabalhos.

Foi partidario de uma saudação ao congresso em cujo officio era acreditado ao mesmo tempo, não como delegado ao congresso, porque isso seria um absurdo, mas sim como representante do jornal A Internacional.

Pois, a comissão no seu parecer tambem propunha que «Ferreira Quartel não fosse admitido como delegado» (1). E' caso para repetir a frase de Oristio: «pai perdão-lhes que eles não sabem o que fazem».

Heuve um pobre palermão, delegado pelo sindicato dos rurais do Elvas, — mas que não é rural, — Mario H. da Fonseca, que chegou a propôr a expulsão do nosso camarada Quartel!

O chefe, sabendo muito bem que o que se estava passando era uma tremenda confusão, estava gozando a quella parte da comedia sem a desmanchar com a sua intervenção, e só intervinha quando as coisas se desviassem do curso em que ele as tinha posto.

Foi preciso que Quartel explicasse que não estava ali como delegado, mas sim como representante do jornal; mas, se o Congresso julgasse que a imprensa era ali demais, retirar-se-la.

Foi depois desta explicação que Vital José leu da novo o officio e verificou que o carimbo era da redação do jornal A Internacional propondo que neste caso ficasse o nosso camarada.

Devemos aqui esclarecer que o nosso camarada — ainda que o Congresso aprovasse a proposta do tal palermote — jamais sairia da sala e que continuaria a fazer a reportagem pois, alguém, que faz parte da Direcção do Gremio opôr-se-la à saída do Quartel.

Eclarecido este mal entendido passou a tratar da delegação de Adriano J. Neto dando este explicações que não podem satisfazer o Congresso, o qual reprova a sua delegação, mas que a autoriza a assistir como espectador — como se para isso fosse preciso autorização do Congresso, em por outra autorização do sr. Antonio Tomás, (ferroviário) e de Vital José; estruturas que mais se distinguem no ataque a este nosso camarada.

Adriano J. Neto diz não proibir da autoinsigação do congresso para ficar como espectador, quando veio para esta reunião veio para tratar da situação económica da classe a que pertence e não para fazer politica. Admita-se que soudo ele rural não possa ser admitido no congresso e que Antonio Tomás possa ser delegado sendo ferroviário.

Joaquim Barradas dos rurais de Montelito discorde do que se está passando. O seu sindicato mandou-o ali para tratar da situação miseravel da classe rural e não para tratar de politica. «Pode, pois, que se trabalhe, isto assim não está bem».

Henrique Ferreira, de Coruche, o principiar o seu discurso do ataque ao que se estava passando foi-lhe cortada a palavra por Vital José: «O camarada não pode falar; está fora do assunto», ali só quem podia falar eram os da gral!

Toda a discussão girou em volta dos politicos comunistas e partidários da I. S. V. O parecer não foi discutido — nom ora preciso — todavia foi aprovado quasi por unanimidade, pois, só um delegado o regeitou, o de Coruche.

Estavam presentes 26 delegados e 21 sindicatos.

O delegado dos rurais de Sbdá e Vendas Novas não tinham credenciais, mas no entanto tiveram assento no congresso!

2.ª Sessão

Constituida a mesa por Joaquim Godinho Baradas, presidente, e M. Clemente Marques e Augusto Caidrinha, secretários, procede-se à leitura do relatório moral da Federação, no qual se diz que esta empregou todas as suas forças para organizar a classe, mas confessando não ter conseguido nada ou quasi nada, depois de nada em confundir os Sindicatos de Aldeia Nova do S. e de Coruche.

São lidos os officios dirigidos à Federação pelo Sindicato de Aldeia No-

va de S. Bento, e proposito da já celebre moção e outros documentos relativos ao mesmo assunto que a Federação por sua vez, tinha enviado áquelles e a outros sindicatos.

Vital José, o oráculo maximo deste congresso que decorreu com tanto brulho, diz que aqueles sindicatos não procediam correctamente, pois não se deviam deixar orientar por criaturas mal intencionadas.

Faz a leitura da moção de S. Bento e da circular que a acompanha, comentando a ironicamente.

Diz que quem fez as teses que o Congresso vai apreciar, foi o camarada Manuel J. de Sousa.

Lê um bilhete postal, do qual não podemos saber o nome de quem o subscrevia, e em que se dizia que M. J. de Sousa e que queria era viver à custa da organização operaria, classificando-o de charlatão e vigarista, etc.

Antonio Tomás diz com todo o desalento que a modificação à lei 1645 não foi obra da Conferencia Camponesa, mas sim do Conselho Juridico da C. G. T. Nem mais nem menos! Só um tarifeo deste qualite pôde fazer tal afirmação!

José H. Ferreira depois de desmentir categoricamente A. Tomás nas suas afirmações diz: «eu supunha que o Congresso era só de rurais, mas não é, pois, tambem faz parte do congresso um ferroviário, A. Tomás».

Candeira fala como sempre... toda a gente sabe p que este pobre diabo diz...

J. H. Ferreira riposta-lhe com energia, desmentindo lhe as afirmações e dizendo-lhe que quando elle estava em Coruche foi tambem recebido como os outros delegados.

Em seguida diz: Ha quem chama aos ferreiros exploradores do Povo, e burgueses, pois eu tanto que trabalhar 18 meses no ano, 12 para o patrão, de dia, e 6 para mim, de noite, e, no entanto, vivo se não na miséria, mas pelo menos chito de necessidades!

«No meu sindicato pergunta-se para onde vai o nosso dinheiro».

«O que nós queremos é que a Federação tenha a vida que não tem hoje e que a dê aos sindicatos, e que se não limite só a receber o dinheiro do expediente, etc., etc.»

«Fazemos qualquer pergunta, a resposta é sempre esta: não se esqueça os camaradas de mandarem a importância do expediente».

A. Tomás diz que é ferroviário, mas foi o congresso que o nomeou e é o Congresso que o ha de depôr. Depois de dizer dos ferreiros o que Maloma não disse do toucinho, apela para o Congresso para reprovar uma saudação da Internacional Camponesa...

J. H. Ferreira torna a repetir que Antonio Tomás não deve continuar no Congresso, porque não é rural.

Custodio Silveira diz que supunha vir tratar dos interesses da classe rural e a que só houve discutir tendencias e a sua Associação não tinha gasto o seu dinheiro para isto.

Carrilho (do Cano) diz que tem dois predios da casa, dos quais é feroizo, mas não se importa ficar sem eles.

Vital José diz que para isto mal social não há remedio. Bem sabe que a Federação não tem correspondido aos fins para que foi criada. Em seguida, lê um manifesto que os rurais de Coruche enviaram a todos os sindicatos, a proposito da Conferencia Camponesa, e onde se escandalizava a Federação e C. G. T. Lê tambem uma saudação da Internacional Camponesa, sobre cuja admisión consulta o Congresso.

«to para liblar responsabilidades, mas que não quer coagir o congresso»...

Assim, o presidente da mesa propôs para ser retirada a saudação, o que foi aprovado!

O nosso camarada Quartel podia para a retirar, sendo-lhe concedida essa graça, depois do consultado M. J. de Sousa — o chefe.

Manuel J. de Sousa, depois de saudar o congresso em nome da C. G. T., diz: «a proposito das considerações contidas no manifesto dos rurais de Coruche, de que o seu delegado assumiu inteira responsabilidade, accentuando que tudo quanto nele se firmava era a pura da verdade — as teses que o congresso vai apreciar não tambem trabalhos praticos, sob o ponto de vista ideologico, etc.»

Terminada a peroração em conformidade com os sagrados papíros, o presidente põe a discussão o relatório moral.

Mario Americo Fonseca, carpinteiro! — este, apesar de ser carpinteiro, ponde ser delegado dos rurais de Elvas — propoz para que o relatório seja aprovado por unanimidade e sem discussão. E assim se fez...

Nem um só delegado usou da palavra sobre o relatório moral, apenas Sebastião Dias, pede a palavra para dizer que a sua classe está a morrer de fome e não tem energia para se revoltar contra este estado de coisas.

«Guarda isso para quando a humanidade estiver toda educada e instruídas» — diz alguém do lado.

Em seguida é lido o relatório financeiro, por Antonio Tomás, — o ferroviário — que acusa de 400 e tal escudos de saldo, afirma que haveria mais 400 escudos se os sindicatos estivessem em dia.

O delegado dos rurais de Coruche: «O meu sindicato não deve nada». O relatório acusa uma receita total, desde 1922 até Agosto de 1925, de 67 contos e 400 e tal escudos, e uma despesa de 67.000\$ e pouco mais. Despesa de propaganda 4.000\$; com o expediente da Federação 11.000\$ e 52.000\$ e tal para a C. G. T.!!! Que mina!

O relatório foi aprovado sem discussão por unanimidade!

3.ª Sessão

A terceira sessão que devia abrir ás 9 horas; mas só abriu meia hora depois em virtude do chefe se ter demorado esse tempo.

Presidia Matias José de Oliveira, tendo como secretários José Antonio de Paiva e Mario Americo Fonseca, (operario carpinteiro).

E' posta à discussão a tese «Remodelação dos Estatutos da Federação». Falaram alguns individuos, não para propôr qualquer alteração mas... simplesmente para dizer que aquilo estava bem.

M. J. de Sousa apresenta: para ser acrescentada a palavra «libertario», adiante de socialismo revolucionario, porque os nossos amigos da I. S. V. tambem se dizem revolucionarios.

Foi em seguida a tese aprovada tal qual foi publicada com o acrescento do nosso amigo e chefe.

Segue-se a leitura da tese: «As mulheres e os menores na industria; que tem igual sorte».

Alguns delegados falaram para dizer que aqui ou ali as mulheres faziam serviços que só aos homens competis fazer, etc.

Bondo no final a tese aprovada tal qual tinha sido publicada e por unanimidade, bem como um parecer da respectiva comissão e qual res: que as mulheres possam ser associadas — como se isso dependesse do congresso e não dos estatutos dos sindicatos, e que a Federação faça ver junto da C. G. T. a necessidade da criação dum zelo extra especial de mais pequena importância para as mulheres; e que sejam admitidos os menores.

Em seguida são lidas communições dos delegados dos sindicatos de Val de Vargo e Coruche, de teor seguinte:

Presideos camaradas congressistas!

Ao partir de Coruche como delegado dos rurais da mesma localidade,

para assistir ao Congresso rural, vim animado das melhores intenções e persuadido de que nella reunido se trataria a valer da misera situação da classe a que pertence. Mas, amara-das, verificou o contrario. Pelo relatório e contas apresentados ao Congresso se vê que o meu Sindicato está no pleno gozo dos seus direitos, e eu tinha portanto o direito de supôr o que ela tinha resolvido em 2 assembleias sobre os trabalhos a apresentar neste Congresso, e que elas aprovaram. Mas vejo-me fargado pelas calunias dirigidas aos meu Sindicato, e principalmente a minha pessoa, a deixar de ter representação no Congresso a Associação dos Rurais da Coruche, no entanto, para aprovação do Congresso deixo ao mesmo os documentos que a minha associação tinha a apresentar.

O delegado dos rurais de Coruche — José Henrique Ferreira.

Presideos camaradas ao Congresso:

Não concordando com a maneira como é Congresso, pelas discussões e ataques que no mesmo se tem feito e como não tem respeitado a sagrada autonomia dos sindicatos que o compõem, deixo de ter representação neste Congresso o Sindicato do Val de Vargo. O delegado — Antonio Almeida Valqueiro.

Devemos dizer entre parentesis aos nossos leitores que alguns documentos entre os quais o que em seguida publicamos, foram apreciados à porta Rebada, nos intervalos das sessões. Adiante?...

MOÇÃO

Considerando que a crise de trabalho está langando na maior miséria os trabalhadores rurais, e que a sua actividade, com beneficio para eles e para o país, podia e devia ser aplicada, transitoriamente, na execução de trabalhos publicos imprescindíveis, como na reconstrução de estradas, construção de outras novas e de alfaias para a irrigação dos campos, do que resultaria uma grande riqueza para a colectividade;

Considerando que o direito à vida é um direito sagrado, e que a todos os seres humanos lhes deve ser dada a liberdade de viver, pagando-se-lhe o seu labor por uma forma sensível compensadora, e que não é possível em sociedade capitalista, pelo menos em localidades de circunstancias com outras classes, pois não se compreendo que enquanto uma operario da industria ganha 15 a 17 escudos, um trabalhador rural, realizando um trabalho não menos arduo, ganhe 8 a 7 escudos, trabalhando de 12 a 18 horas, como sucede na copechela de Coruche;

Considerando que o estabelecimento do horario de 8 horas, além do que tem de justo e humano, se justifica ainda por constituir uma forma de atenuar a crise de trabalho;

Considerando que é deveras revoltante a injustiça que fere a classe rural, injustamente excluída dos parques beneficentes da lei dos acidentes de trabalho, quando os trabalhadores do campo pela natureza dos seus serviços estão expostos a tantos perigos para a sua saúde e para a sua vida;

Considerando que o alcoolismo é uma chaga social que alarga cada vez mais, arruinando fisica e moralmente os individuos e as familias, e que o foco dessa ruína é a taberna desmoralizadora, que tantas vezes leva o individuo ao orime;

Considerando que a lei 1615 tem como resultado prejudicar os camponeses pobres que a custa do seu trabalho extenuante têm tornado produtivas léguas e léguas de terrenos que os seus ricos proprietarios por negligência ou por politica reacionaria, absolutamente condenavla, não cultivam, pois permite que lhe sejam aumentados os foros por uma forma que é condonar à fome e ao maior desespero aquelles contra quem essa lei foi feita, constituindo um poderoso auxilio aos ricos detentores da terra, sem beneficio para o Estado nem para a colectividade;

Considerando que é pelo maximo aproveitamento dos terrenos incultos que a economia do país se poderá equilibrar, e que a melhor forma de realizar esse aproveitamento era pôr em pratica, enquanto não se consegue outra melhor, a lei 10653, do que resultaria beneficios para todo o país;

Considerando que embora a resolução das reclamações expostas neste moção dependem quasi exclusivamente do Estado, não deve confiar-se pura e simplesmente na sua acção, e que o extrpicio da reclamação deve constituir um motivo de acção, não só para conseguir hoje algumas melhorias para a classe, mas para propo-

